PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

LÍGIA CAMPOS MÜLLER

Análise experimental do comportamento de auto-tato em crianças sob
diferentes audiências: um estudo-piloto

SÃO PAULO

2022

LÍGIA CAMPOS MÜLLER

Análise experimental do comportamento de auto-tato em crianças sob
diferentes audiências: um estudo-piloto

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo como exigência
para conclusão de graduação em
Psicologia, sob orientação do Prof. Dr.
Daniel de Moraes Caro.

SÃO PAULO
2022

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por proporcionarem tantas contingências ao longo da minha existência. Eu não escolhi a área da saúde, nem ser teimosa, eu fui ensinada.

Aos meus irmãos, Flávia e Gui, e a prima Vitória, por vibrarem com cada passo que eu dei. O apoio e carinho de vocês é essencial. Vi, obrigada por ser essa companheira leal, é um privilégio ser sua prima e ser tão parecida com você.

Aos meus professores de análise do comportamento que me modelaram e deram modelo cuidadosamente durante esses cinco anos. Seja na sala de aula, no laboratório, na monitoria, na iniciação científica e na clínica. O trabalho de vocês marcou mais do que o meu repertório intelectual, fez muito de quem eu sou hoje.

Em especial, à Paola que desde a monitoria me inspirou e ensinou tanto. A oportunidade da iniciação científica foi imensamente enriquecedora na minha trajetória. Obrigada por exigir que eu sempre fosse além. Antes mesmo da iniciação, em 2019, na monitoria, perguntei a você quem eu deveria ler se quisesse saber de clínica infantil e você me indicou Jaíde Regra. Você semeou este TCC.

Ao Daniel que orientou tão gentilmente este trabalho. Não se contentou em ser um grande pensador e professor brilhante, é também um orientador muito atencioso e bem-humorado. Muito obrigada por ter me encorajado a seguir com este projeto experimental.

Ao Emerson e Amilcar por terem insistentemente dialogado sobre a importância do laboratório e nos motivar a defendê-lo. A faculdade também tem função de luta.

À Mônica por ser a professora mais amorosa do mundo todo, nosso estágio em educação foi delicioso e marcante.

À Ana Tereza que me colocou em contato diretamente com Jaíde Regra e me forneceu os arquivos das suas produções.

Ao Pedro que esteve literalmente do meu lado na produção deste trabalho. Obrigada pela paciência, carinho, apoio e por conseguir arrancar risadas mesmo quando eu estava muito preocupada com as coletas. Muito obrigada por cuidar de mim tão delicadamente. E à Chris por ter me ajudado a entrar em contato com os participantes.

À Marina por ter trabalhado tanto comigo e cuidado das minhas contingências. Sou feliz pelas multifaces que análise do comportamento nos permeia: clientes, terapeutas, pesquisadoras, aluna e professora. Muito obrigada.

RESUMO

MÜLLER, L. **Análise experimental do comportamento de auto-tato em crianças sob diferentes audiências:** um estudo experimental.

Introdução: o presente estudo buscou investigar o comportamento de auto-tato em crianças ao analisar a correspondência das respostas de crianças para duas audiências distintas (mãe e fantoche). Partiu de uma proposta experimental e de uma replicação sistemática de estudos anteriores com comportamento verbal infantil.

Objetivo: a produção um estudo experimental que permitisse investigar as propriedades da audiência que podem alterar o comportamento de tatear. **Materiais**

e métodos: participaram do estudo duas crianças de seis anos que assistiram primeiramente a um vídeo e em seguida responderam a um roteiro de perguntas para uma audiência e novamente assistiram a outro vídeo e responderam perguntas de uma outra audiência. **Resultados:** não houve uma discrepância das respostas para cada audiência, entretanto foi observada uma diferença na topografia. **Discussão:** as variações na topografia da resposta podem indicar uma possível propriedade aversiva da audiência. Futuros estudos podem se beneficiar de alterações e aperfeiçoamentos no método.

Palavras chaves: auto-tato, comportamento verbal, correspondência;

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	A ciência do comportamento.....	7
1.2	Audiência para Skinner.....	8
1.3	Atendimento infantil.....	9
1.4	Histórias fantasia.....	10
1.5	Propostas a partir de Ribeiro e Pasquinelli.....	10
1.6	Objetivo.....	13
2	MÉTODO	13
2.1	Participantes.....	13
2.2	Materiais.....	13
2.3	Contexto de aplicação do procedimento.....	14
2.4	Procedimento.....	14
3	RESULTADOS	16
3.1	Descrição da correspondência.....	17
3.2	Descrição dos resultados.....	18
4	CONCLUSÕES	19
5	DISCUSSÃO	20
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
	REFERÊNCIAS	22

1. Introdução

1.1. A ciência do comportamento

Ao introduzir o behaviorismo radical como um equilíbrio entre explicações internalistas com enfoque à mente ou com a atenção voltada inteiramente para o exterior, Skinner entende a causa dos comportamentos humanos em consequência do ambiente e conjuntamente eventos públicos e privados. Trecho retirado de *Sobre o Behaviorismo* (1957, p. 18):

A afirmação de que os behavioristas negam a existência de sentimentos, sensações, ideias e outros traços da vida mental precisa ser bem esclarecida. O behaviorismo metodológico e algumas versões do positivismo lógico excluía os acontecimentos privados porque não era possível um acordo público acerca de sua validade. A introspecção não podia ser aceita como uma prática científica e a psicologia de gente como Wilhelm Wundt e Edward B. Titchener era atacada por isso. O behaviorismo radical, todavia, adota uma linha diferente. Não nega a possibilidade da auto-observação ou do autoconhecimento ou sua possível utilidade, mas questiona a natureza daquilo que é sentido ou observado e, portanto, conhecido. Restaura a introspecção, mas não aquilo que os filósofos e os psicólogos introspectivos acreditavam "esperar", e suscita o problema de quanto do nosso corpo podemos realmente observar.

Os eventos privados podem-se distinguir dos comportamentos públicos pela sua acessibilidade limitada, mas não por possuírem propriedades especiais. Isso significa que o comportamento continua em função do ambiente, mas dessa vez encerrado sob a pele de cada um.

Na evolução da espécie, o controle operante das cordas vocais forneceu uma habilidade determinante na constituição da sociedade atual que Skinner denominou comportamento verbal, título de sua obra de 1957 (originalmente *Verbal Behavior*), em que define o comportamento verbal como comportamento operante reforçado por meio de um ouvinte especialmente preparado por uma comunidade verbal para agir como mediador (FONAI, 2007). A característica operante expressa um comportamento que altera o ambiente e é afetado pelas mudanças que produziu. O comportamento verbal se difere dos demais comportamentos (não verbais) por suas consequências serem mediadas por esse ouvinte treinado pela comunidade para atuar assim (SKINNER, 1957), concepção que permite tratar o comportamento verbal e principalmente o relato verbal suscetível de manipulação experimental para investigar variáveis independentes (condições ambientais) e dependentes (CORTEZ, MIGUEL, DE ROSE, 2019).

Isso revela, portanto, que a forma que apresentamos lembranças ou

sensações a outros indivíduos foi estabelecida pela comunidade verbal ao determinar uma resposta verbal a esses eventos, o que segundo De Rose (1997) é fundamental na investigação e intervenção do comportamento, o que implica em novo problema: a acurácia do relato. O que se aproxima muito do que Skinner havia apontado em *Ciência e Comportamento Humano* (1979) ao dizer que manifestações públicas e privadas nem sempre estão correlacionadas.

Ao observar interações verbais entre criança e cuidadores logo se percebe a característica social do comportamento verbal. Abreu e Hübner (2012) caracterizam o operante verbal tato como controlado por eventos ou objetos do ambiente em situações em que descrevemos um estímulo não-verbal. A forma que ensinamos tato é via reforçamento diferencial, por exemplo, no caso de um pai que deseja ensinar o filho a falar o nome de um animal, ao apontar para a figura de um cachorro e dizer “cachorro” é capaz que passe a nomeá-lo na presença de sua figura ou do próprio animal, mas caso emita a mesma resposta “cachorro” frente à figura de um leão, não produzirá reforço. Assim forma-se uma classe de resposta frente àquele estímulo discriminativo e sucessivamente uma generalização. O ensino do tato é, portanto, mediado por este adulto (audiência) que reforça as respostas adequadas ou próximas dessa criança, o que demonstra como a comunidade modela o comportamento verbal de geração em geração.

1.2 Audiência para Skinner

No sétimo capítulo de “Comportamento Verbal” (1957), Skinner apresenta as características de uma audiência. De início é importante evidenciar que o comportamento verbal costuma ocorrer na presença de um ouvinte (possivelmente, muitas vezes, até o próprio falante). Conforme um ouvinte estimula o comportamento verbal atuando como contexto para a ocorrência da resposta, e é estímulo reforçador, aumentando a probabilidade de ocorrência da resposta naquele mesmo contexto. Portanto, se trata de um estímulo discriminativo do qual o comportamento verbal é caracteristicamente reforçado. Dessa forma, pode ser previsto o contrário: quando o ouvinte deixa de reforçar, o comportamento cessa ou diminui sua probabilidade (Skinner, 1957). Uma outra característica a ser descrita está nos ouvintes que se diferenciam ao não reforçar o comportamento verbal (por exemplo, falta de habilidade, surdez ou não dominância da língua) ou aqueles que punem, denominados “audiência negativa”. Estas audiências controlam apenas uma parte do repertório do falante,

como por exemplo o uso de gírias ou palavrões punidas por uma dada audiência ou circunstância, e em outras onde o repertório é reforçado e assim os indivíduos aprendem a discriminar audiências. Entretanto, os efeitos da excessiva punição no comportamento verbal podem ser vistos a longo prazo como sintomas “neuróticos” ou “repressão”.

1.3 Atendimento infantil

Investigando o repertório de crianças reconhecemos um indivíduo que não passou por tantas experiências em uma comunidade verbal quanto um adulto, e encontra-se em uma fase de construção do repertório, o que torna desafiador o atendimento clínico. Também se faz necessário pontuar que a criança comparece à clínica devido a uma queixa da família ou escola, o que segundo REGRA (2000) determina que criança e adulto(s) sejam alvos da intervenção. Regra expõe que a criança nem sempre formula sua queixa e quando a faz nem sempre é correspondente a dos pais. Apesar disso, ao estar em contato com o atendimento infantil, rapidamente são deixadas pistas ou relatos sobre a situação-problema:

1. A criança tem dificuldade ao relatar sobre seus sentimentos quando anteriormente ao relatá-los foi desaprovada ou punida;
2. A dificuldade em apresentar, identificar ou nomear seus sentimentos
3. Medo de verbalizar os sentimentos e ser desaprovada pela terapeuta, por supor que não são aceitos socialmente;
4. Preocupação da terapeuta expô-la aos pais, dos quais muitas vezes foi punida.

Explorando os quatro pontos apresentador pela autora, é necessário examinar o efeito da punição no(s) comportamento(s) da criança. Além supressão das respostas imediatas frente o estímulo punidor e a redução da probabilidade de emissão dos comportamentos frente à adultos, apresentam-se novas questões: medo, preocupação com a aprovação dos outros, ameaça de punição, baixa interação ou comportamentos agressivos com outros adultos. A dificuldade de nomeação dos sentimentos pode ser vista também em decorrência da punição somada ao repertório em formação.

1.4 Histórias-fantasia

Reconhecendo as complicações impostas pela natureza dos eventos privados somada à possíveis histórias de punição e a imaturidade da criança, Regra (1993) apresenta o instrumento histórias fantasia intencionado ao atendimento infantil de forma a introduzir as situações problema na vida da criança e avaliar o tato e soluções de problema. As histórias simulam artificialmente o ambiente da criança, uma distorção que ocorre em função da possível aversividade do relato das situações familiares ou escolares onde a criança foi punida. Perguntas sobre as características da história ou os personagens servem de análise do relato verbal e conceitos de si mesma e pessoas de sua convivência, levando-a a relatar possivelmente um comportamento ou episódio de sua vivência. A autora descreve que o uso dessa ferramenta parece amenizar o fato de seu relato verbal ter seu conteúdo modelado por reforçamento diferencial do terapeuta. O instrumento se assemelha a um teste projetivo comumente utilizado na psicologia e Skinner (1957) descreve o uso destas ferramentas como forma de evocar o comportamento verbal com uma menor probabilidade de ser corrigido pelo falante por não reconhecer as variáveis controladoras, o que corrobora para o argumento de Regra que a distorção da situação vivida pela criança por meio de histórias infantis sirva como forma de introdução no assunto.

De Rose (1997) chama atenção ao comportamento do terapeuta sobre as respostas da criança ao afirmar que distorções mais significativas podem ocorrer quando o reforço é contingente ao conteúdo da resposta verbal, independentemente da relação da resposta sob controle do estímulo discriminativo. Eliminar essas distorções é difícil e sugere atenção ao comportamento do terapeuta oscilando ora como variável independente, ora como dependente. Michael (1984) ressalta que a dificuldade na análise do relato verbal se concentra na escassez de especificação de unidade de análise e metodologia. A ausência de uma variável dependente padrão que abarque as complexidades do comportamento verbal pode ser um fator que limita a pesquisa nessa área.

1.5 Propostas a partir de Ribeiro e Pasquinelli

Este estudo tem a proposta de replicação sistemática da pesquisa de Ribeiro (1989) “correspondência no autorrelato da criança: aspectos de tatos e mandos” com um contexto semelhante ao trabalho de Pasquinelli (2007) “Estudo sobre o

estabelecimento do controle e da generalização da audiência sobre o comportamento verbal” a fim de examinar se há alteração no comportamento de tato frente a audiências com propriedades reforçadoras diferentes.

Na tese de Ribeiro foi abordada a questão da correspondência do relato e a algumas condições que contribuem para a distorção, como a forma que a comunidade social do falante determina a acurácia do relato e os contextos de ocorrência. Buscou examinar o processo do tato distorcido e como ele afeta o comportamento da criança como falante focalizando os efeitos do reforçamento do conteúdo das verbalizações das crianças em um contexto grupal. Por se tratar de um estudo de auto-relato e não estabeleceu comportamento alvo, apenas uma linha de base para análise do repertório atual de autos-tatos da criança em uma atividade recentemente realizada.

Contou com a participação de oito crianças (quatro de cada gênero) de três a cinco anos que tinham acesso a três itens de um conjunto de seis brinquedos e deviam relatar ao experimentador se haviam brincado com cada um dos brinquedos. Havia duas salas experimentais: de brincar e de relatar e fotos coloridas dos brinquedos ofertados para assegurar que a criança podia fazer a relação entre ambos.

As sessões eram realizadas 5 vezes por semana, primeiramente na sala de brincar e em seguida para a de relatar. Era instruída a brincar com um brinquedo por vez (devolvendo ao mostruário quando quisesse trocar), por quanto tempo quisesse ou até o experimentador sinalizar o fim do tempo. O período de brincar finalizava em 12 minutos ou quando a criança tivesse brincado com três brinquedos. Na sala de relato era recebida por um experimentador que não sabia das escolhas realizadas na sala de brincar e mostrava a foto de cada brinquedo e perguntava se havia brincado ou não e registrava suas respostas. Nesta fase, o experimentador não dizia nada sobre o conteúdo do relato, apenas agradecia e dava uma ficha que poderia ser trocada por um alimento (doce ou biscoito).

Nas seis sessões seguintes o reforçamento era condicionado ao relato de brincar, qualquer relato positivo de ter brincado era conseqüenciado, enquanto relatar que não havia brincado não tinha conseqüência, independente da acurácia do relato.

Nas quatro sessões seguintes não houve alteração na contingência, apenas que agora se tratava de grupos divididos por gênero. Nas oito sessões seguintes o reforçamento passou a ser contingente a acurácia do relato, enquanto os relatos não correspondentes não produziam acesso a ficha. Nesta fase o experimentador

sabia com quais brinquedos ela havia brincado.

Ribeiro (1989) que ao longo do amadurecimento do repertório de relatar haveria uma possibilidade que eventos passados pudessem afetar o falante (e o ouvinte) como consequência natural para a precisão dos relatos, apontando que a correspondência pode ser um reforçador natural ou automático. Constatou também que provavelmente os comportamentos dos participantes foram modelados pelas contingências e por regras (controlado por eventos antecedentes e não diretamente pela contingência relevante no momento).

Durante a linha de base, foi verificada a confiabilidade no repertório de autotato de eventos recentes, entretanto, na fase de relato em grupo, foi observado que o comportamento foi controlado pelas consequências de relatar ter brincado (e não necessariamente ter realmente brincado), demonstrando uma função de mando com formato de tato. Na fase de reforçamento não contingente o relatar ocorreu totalmente sob controle do comportamento passado (tato). Ribeiro sugere que uma análise experimental da correspondência de relatos é conceitualmente fortalecida pela diferenciação feita por Skinner entre tatos e mandos, assim como o comportamento governado por regras e modelado por contingências.

O estudo de Pasquinelli buscou investigar a possibilidade de estabelecer o controle de duas audiências distintas sob o repertório verbal de participantes com a função de selecionar o assunto que se fala, como também a generalização do controle de uma audiência para uma nova audiência. Buscou entender também que proporção de respostas de um dado repertório deveriam ser reforçadas para que uma nova audiência passasse a ter função evocativa sobre um determinado repertório verbal e que proporção de respostas deveria ser reforçada para que uma audiência que já controlasse um outro repertório verbal, passasse a controlar um novo repertório.

Contou com seis crianças, sendo duas de quatro anos, duas com cinco anos e mais duas com oito anos. Utilizou quatro fantoches com cores diversas e formatos diferentes e representavam a audiência, sendo metade dos fantoches com características humanas e a outra com características animais. Foram usados também 12 filmes divididos em três grupos de 4 filmes cada com duração de 5s, que envolvia um personagem humano realizando alguma ação. Para apresentação dos fantoches foi utilizado um anteparo que escondia a mão que manipulava o fantoche e na lateral um dispensador que entregava fichas que poderiam ser trocadas

posteriormente por um brinquedo, massa de modelar ou jogos. Em cada fase os fantoches requisitavam que a criança descrevesse com respostas verbais vocais o vídeo exposto para os fantoches.

A autora indica que os resultados apontaram a audiência como a variável destacada na determinação de quais assuntos do filme seriam descritos, dessa forma um mesmo participante descrevia o mesmo filme de maneiras diferentes dependendo de qual audiência estivesse presente na contingência. A autora também discute sobre o papel da audiência como estímulo discriminativo ou condicional e a variabilidade do comportamento verbal.

1.6 Objetivo

Considerando as contribuições de Regra (1993), Ribeiro (1989) e Pasquinelli (2007), este estudo procurou produzir um estudo piloto e investigar experimentalmente o comportamento de tatear de crianças em função de diferentes audiências. Buscou fazer uma replicação de Ribeiro (1989) ao analisar a correspondência de relatos e para contexto experimental o estudo Pasquinelli (2007) com vídeos e fantoches com o intuito de analisar propriedades da audiência que podem alterar o comportamento de tatear.

2. Método

2.1 Participantes

Os participantes da pesquisa foram duas crianças. Uma do sexo feminino com 6 anos e 10 meses (F), e outra do sexo masculino com 6 anos e 11 meses (M). Ambas sem histórico de problemas no desenvolvimento da fala ou TEA e matriculadas no 1º ano do ensino fundamental.

2.2 Materiais

Foram utilizados dois episódios em vídeo da Turma da Mônica denominados neste estudo como “vídeo 1” e “vídeo 2”.

O “vídeo 1” se trata do episódio “Os brincos novos que a mamãe comprou” (de 2009 e disponível no YouTube no canal oficial da Turma da Mônica) em que Mônica e Magali estão brincando na casa da Mônica e, ao verem a mãe de Mônica sair,

resolvem mexer em um par de brincos que ela acabara de comprar. Por um descuido, acabam derrubando o par de brincos no ralo da pia do banheiro. O episódio é interrompido logo após o brinco ter caído e Mônica se preocupa com a reação da mãe.

O “vídeo 2” refere-se ao episódio “Regras e exceções” (de 1999 e disponível no YouTube no canal oficial da Turma da Mônica) em que a família de Magali se muda para um apartamento que não permite animais de estimação, forçando-a a abandonar o gato Mingau. Contrariada com a ideia, mente que o deixou com a amiga Mônica, mas leva-o escondido. O episódio é interrompido quando os pais de Magali descobrem a mentira.

O fantoche utilizado foi de pelúcia de macaco e ficava atrás de um anteparo feito de tecido que escondia a pessoa que o manipulava. Foi utilizado um computador para exibição dos vídeos, um gravador de áudio (do celular) e o roteiro de perguntas (detalhado no procedimento).

2.3 Contexto de aplicação do procedimento

Devido a uma impossibilidade de utilização de um espaço institucional, a coleta ocorreu em dois lugares diferentes para cada participante, mas ambas em casas da experimentadora. A sala pequena (escritório) contava com uma escrivaninha, uma cadeira de escritório e o computador disposto na escrivaninha. Havia uma porta que separava o cômodo dos demais ambientes. A sala de estar tinha um sofá e duas poltronas que constituíam o anteparo que escondia o fantoche. Não haviam televisões ou outros aparelhos que pudessem desconcentrar a atenção da criança e os adultos (experimentadora e mãe) estavam em silêncio em outro espaço distante da criança (sem ver ou serem vistas por ela).

2.4 Procedimento

Cada participante assistiu aos vídeos sozinho, em um computador, em uma sala pequena (escritório), com a porta fechada. Ao sinalizar que havia terminado o vídeo, a mãe entrava na sala e ficavam sozinhas durante as perguntas do roteiro. Na fase com o fantoche, a criança novamente assistiu ao vídeo (sozinha no escritório, diante do computador) e ao terminar, sinalizou à experimentadora, e sendo, então, conduzida a outra sala (de estar) onde estava montado o anteparo que escondia o

segundo experimentador que manipulava o fantoche. Experimentadora e a mãe não estavam presentes. Nos dois ambientes, escritório e sala, havia um gravador de áudio.

A criança foi orientada a responder livremente e avisada que não havia resposta certa nem errada. Foi informada da presença do gravador e que ele serviria para registrar as respostas, uma vez que a experimentadora não estaria ali para ouvir.

As mães foram orientadas a apenas a sinalizar que entenderam a resposta (dizer como “ok”, “entendi”, “próxima pergunta”) e não demonstrar qualquer juízo de valor com a resposta fornecida.

O roteiro foi elaborado contendo quatro perguntas, sendo as três iniciais de sim ou não e a quarta (e última) aberta.

Roteiro de perguntas:

Vídeo 1:

1. Você acha que foi certo (a Mônica) ter mexido nos brincos?
2. Você faria o que ela fez?
3. Se a mãe dela não tivesse como descobrir que ela derrubou no ralo, você mexeria no brinco?
4. Se você estivesse no lugar da Magali, vendo a Monica mexer nos brincos, o que você falaria para ela?

Vídeo 2:

1. Você acha que foi certo (a Magali) levar o gatinho escondido dos pais dela?
2. Você faria o que ela fez?
3. Se os pais da Magali não tivessem como descobrir que o gatinho está no apartamento, você também o deixaria escondido?
4. Se você fosse a Mônica e soubesse que a Magali iria levar o gato escondido, o que diria a ela?

A participante F., primeiro assistiu ao “vídeo 2”, em seguida foi submetida à audiência da mãe, depois assistiu ao “vídeo 1” e em seguida a audiência do fantoche.

No caso do participante M., primeiro assistiu ao “vídeo 1”, em seguida foi submetido a audiência do fantoche, depois assistiu ao “vídeo 2” e em seguida

audiência da mãe.

Tabela 1 - Sequência que cada participante realizou durante o procedimento.

Participante F	Participante M
Vídeo 2	Vídeo 1
Audiência: mãe	Audiência: fantoche
Vídeo 1	Vídeo 2
Audiência: fantoche	Audiência: mãe

3. Resultados

Os resultados serão expostos em forma de tabela ilustrando as respostas fornecidas pelos participantes frente às perguntas de cada audiência.

Participante F.:

Tabela 1 – As respostas da participante F. frente às perguntas sobre o vídeo 2 para a mãe e às perguntas sobre o vídeo 1 para o fantoche.

VÍDEO 2	Respostas à audiência: mãe
Você acha que foi certo (a Magali) levar o gatinho escondido dos pais dela?	“Não”
Você faria o que ela fez?	“Não”
Se os pais da Magali não tivessem como descobrir que o gatinho está no apartamento, você também o deixaria escondido?	“Não. Eu ia mostrar pra você e você ia.. aposto que você não ia brigar, você ia falar: pode deixar ele agora na casa da [nome].”
Se você fosse a Mônica e soubesse que a Magali iria levar o gato escondido, o que diria a ela?	“Não leva, Magali”
VÍDEO 1	Respostas à audiência: fantoche
Você acha que foi certo (a Mônica) ter mexido nos brincos?	“Não”
Você faria o que ela fez?	“Não”
Se a mãe dela não tivesse como descobrir que ela derrubou no ralo, você mexeria no brinco?	“Não”

Se você estivesse no lugar da Magali, vendo a Monica mexer nos brincos, o que você falaria para ela?	<i>“Não mexe”</i>
--	-------------------

Participante M:

Tabela 2 - As respostas da participante M. frente às perguntas sobre o vídeo 2 para a mãe e às perguntas sobre o vídeo 1 para o fantoche.

VÍDEO 1	Respostas à audiência: fantoche
Você acha que foi certo (a Mônica) ter mexido nos brincos?	<i>“Não”</i>
Você faria o que ela fez?	<i>“Não”</i>
Se a mãe dela não tivesse como descobrir que ela derrubou no ralo, você mexeria no brinco?	<i>“Não”</i>
Se você estivesse no lugar da Magali, vendo a Monica mexer nos brincos, o que você falaria para ela?	<i>“É... é... sua burra”</i>
VÍDEO 2	Respostas à audiência: mãe
Você acha que foi certo (a Magali) levar o gatinho escondido dos pais dela?	Indicou com a cabeça mexendo-a na horizontal
Você faria o que ela fez?	<i>“hm hm”</i>
Se os pais da Magali não tivessem como descobrir que o gatinho está no apartamento, você também o deixaria escondido?	Indicou com a cabeça mexendo-a na horizontal
Se você fosse a Mônica e soubesse que a Magali iria levar o gato escondido, o que diria a ela?	<i>“Você tá doida?”</i>

3.1 Descrição da correspondência

A correspondência das respostas foi analisada a partir das perguntas que poderiam ser respondidas com “sim” ou “não” dos participantes F. e M..

Participante F:

Tabela 3 - Comparação das respostas aos vídeos em relação a correspondência da participante F.

Vídeo 1	Vídeo 2	Correspondência
“Não”	“Não”	Houve correspondência
“Não”	“Não”	Houve correspondência
“Não”	“Não. <i>Eu ia mostrar pra você e você ia.. aposto que você não ia brigar, você ia falar: pode deixar ele agora na casa da [nome].</i> ”	Houve correspondência

Participante M.

Tabela 4 - Comparação das respostas aos vídeos em relação a correspondência da participante M.

Vídeo 1	Vídeo 2	Correspondência
“Não”	<i>Cabeça movimentando para os lados</i>	Houve correspondência
“Não”	“Hm hm”	Houve correspondência
“Não”	<i>Cabeça movimentando para os lados</i>	Houve correspondência

3.2 Descrição dos resultados:

Para ambos os vídeos, as primeiras até as terceiras perguntas poderiam ser respondidas com “sim” ou “não”. A quarta pergunta era considerada “aberta” na qual criança poderia expressar sua opinião de forma mais estendida.

Participante F:

As respostas para as perguntas de 1 a 3, em ambos os vídeos, foram respondidas com “nãos” de forma verbal-vocal, indicando 100% (ou total) correspondência e uma topografia (forma que a resposta se apresenta) semelhante. Na terceira questão, do vídeo 2, ao responder à mãe, a participante adicionou alguns detalhes de por que não agiria como a personagem (“*Eu ia mostrar pra você e você ia.. aposto que você não ia brigar, você ia falar: pode deixar ele agora na casa da [nome].*”), apesar de não ter sido questionada a respeito.

Já nas perguntas abertas (Se a mãe dela não tivesse como descobrir que ela derrubou no ralo, você mexeria no brinco?/Se você fosse a Mônica e soubesse que a Magali iria levar o gato escondido, o que diria a ela?), respondeu para o fantoche “não mexe”, e, para a mãe, “não leva, Magali”, indicando, nos dois casos, possivelmente, uma forma de conselho para prevenir o problema enfrentado pelas personagens.

Participante M:

Ao ouvir a gravação do áudio das respostas com a audiência da mãe, na primeira e terceira pergunta, as respostas não puderam ser ouvidas. A mãe informou que a criança respondeu “com a cabeça”, gestualmente, movimentando-a na horizontal, sinalizando “não”. Na segunda pergunta, a criança respondeu utilizando uma interjeição “hum hum”. Apesar de funcionalmente ocorrer uma correspondência, houve uma discrepância na topografia das respostas. Para uma audiência, o fantoche, as respostas se apresentaram de forma verbal-vocal bastante evidentes (“nãos”), enquanto para mãe foram apresentados gestos (questões 1 e 3) que indicam uma resposta negativa (gesto de mover a cabeça na horizontal) e o uso de som “hm hm” que caracteriza negação (pergunta 3).

Nas perguntas abertas (Se a mãe dela não tivesse como descobrir que ela derrubou no ralo, você mexeria no brinco?/Se você fosse a Mônica e soubesse que a Magali iria levar o gato escondido, o que diria a ela?), respondeu para o fantoche “É... é... sua burra” e para a mãe “você tá doida?”, indicando comentários para atitude das personagens.

4. Conclusões

Os episódios assistidos pelos participantes abordavam conflitos morais com temáticas como mexer nas coisas dos pais sem sua autorização (vídeo 1) e mentira (vídeo 2), comportamentos que são comumente punidos, principalmente no caso de

crianças, por seus pais ou outros adultos, e que provavelmente já poderiam ter cometido alguma vez ao longo de sua vida. Com isso, expô-las aos vídeos e em seguida em contato com a mãe ou com o fantoche poderia examinar se diferentes audiências evocariam respostas diferentes.

No caso da participante F., a correspondência se apresentou de forma topográfica bastante uniforme: respondeu às perguntas de “sim ou não” com “nãos” bastante evidentes em todas as perguntas e em ambas as audiências. Com isso, é possível formular a hipótese que a participante relatou conforme as regras morais como “falar sempre a verdade” e “pedir autorização antes de mexer nos pertences de seus pais”, respostas que, podemos presumir, socialmente tendem a não produzir condenação, evitam conflito com os pais e trazem o prestígio de ser uma criança bem-comportada. Nas perguntas abertas respondeu de forma a aconselhar que a personagem não tomasse a atitude vista no episódio, mas não descreveu por quê.

No caso do participante M., a correspondência também se apresentou alta, mas não topograficamente uniforme: nas perguntas de “sim ou não”, para o fantoche, respondeu de forma bastante evidente “não”. Já com a mãe, usou gestos (movimentar a cabeça para os lados) e expressões como “hum hum”, o que funcionalmente indica “não”, mas que pode ser interpretado possivelmente como uma forma de esquiva partindo da hipótese que o conteúdo das perguntas possivelmente alguma vez já foi punido, seja pela regra “não faça porque é errado” ou pela própria contingência de punição. Nas perguntas abertas, a resposta para o fantoche “é... é... sua burra” e para a mãe “você tá doida?” sugerem que o participante respondeu de forma a condenar a atitude das personagens, entretanto para o fantoche responde a insultando e para a mãe com forma de piada, o que pode ser interpretado como uma forma mais amena de condenação, diferentemente de “sua burra” que possivelmente está incorporado numa classe de palavras grosseiras que dependendo do contexto podem produzir punição, revelando, neste caso, uma possível propriedade diferente na audiência da mãe.

5. Discussão:

O presente estudo buscou investigar experimentalmente se o comportamento de auto-tato de crianças pode ser alterado em função de diferentes audiências. Foi um estudo-piloto e para isso propôs um método em que os participantes foram expostos a perguntas de duas audiências para examinar se haveria uma

correspondência em seus relatos. Partiu do conceito de Jaíde Regra (1993) de histórias-fantasia como recurso na clínica para observar o relato verbal infantil e identificar conceitos sobre si mesma ou pessoas observadas por ela. Este tipo de atividade de perguntar sobre os personagens da história pode trazer a criança a relatar mais livremente do que quando perguntada diretamente e especificamente sobre eventos anteriores. Uma grande diferença entre este trabalho e a tese de Regra (1993) é que não foi utilizado um contexto clínico, mas experimental. Na clínica, em contato com a demanda do cliente e com a descrição dos pais sobre eventos antecedentes, é possível formular histórias que se encaixem especificamente a um maior número de sessões promovendo maior contato com a criança. Diferentemente do caso deste estudo, que ocorreu com apenas um contato com a criança e sem conhecer sua história.

Em comparação com a tese de Ribeiro (1989) é preciso pontuar algumas diferenças: primeiramente, a utilização de reforçadores generalizados (fichas que poderiam ser trocadas por alimento), diferença expressiva para este estudo que não contava com nenhuma consequência (reforçador) planejada. Qualquer resposta era apenas consequenciada por um sinal que a audiência tinha compreendido a resposta da criança. Esta diferença é fundamental em relação ao estudo de Ribeiro (1989) que investigou a possibilidade de tatos com função de mando (resposta verbal que produz reforço específico). Em segundo lugar, os pesquisadores sabiam exatamente quando a criança apresentava ou não correspondência fazer-dizer, pois haviam a observado brincando, diferentemente do caso deste estudo em que não se pode afirmar se a criança realmente já passou pelos conflitos vivenciados pelas personagens. Contudo, ambos os estudos vão de encontro ao dizer que a correspondência fazer-dizer pode ser mais complexa do que apenas realizar um relato acurado, possivelmente pelo controle de outros reforçadores que prevalecem sobre o repertório de tatear.

Em comparação com a tese Pasquinelli (2007) que foi utilizado como base para o procedimento, é possível apontar algumas diferenças para o procedimento deste trabalho: a utilização de diversas fases (treino e teste de repertório, reforçamento, generalização e reversão), o uso de quatro fantoches (metade com características humanas e a outra metade com características animais), 12 filmes subdivididos em três grupos de 4 filmes cada com curta duração (5 segundos) e o uso de fichas,

diferentemente deste estudo que contou com apenas duas fase, um fantoche (com características de animal, macaco), 2 vídeos com duração de média de 2 minutos e a ausência de reforçadores. Em relação aos resultados, a autora indica que a audiência foi a variável destacada na determinação de quais assuntos seriam descritos, dado que só apareceu em um participante desta pesquisa (M.) que apresentou diferença na topografia da resposta para uma das audiências. A pesquisadora chama a atenção também do valor do estudo para a área clínica ao apontar que o relato de um falante ainda que preciso, não é controlado exclusivamente por sentimentos, pensamentos ou vontades, mas por diversas variáveis ambientais, possivelmente como a própria estimulação (o filme e a pergunta do fantoche, no caso do estudo) e para o fato que o mesmo indivíduo poderá emitir mais de uma resposta a depender da audiência, observação que vai de encontro com a ideia apresentada neste trabalho de que uma diversidade de estímulos podem estar controlando o comportamento da criança além dos eventos antecedentes com essa audiência, uma possível história de punição e o estabelecimento de regras no controle do comportamento.

6. Considerações finais

Pelo fato de se tratar de um estudo-piloto, muitas particularidades do método podem ser aperfeiçoadas para novas pesquisas. No caso deste estudo é importante considerar alguns pontos: 1) houve uma baixa quantidade de participantes (apenas dois) e novas investigações se beneficiariam de uma maior quantidade de informações permitindo novas discussões e conclusões, 2) uma maior quantidade de fases ofereceriam um maior contato com a criança e mais oportunidades de observação do comportamento, 3) mais contatos da criança com o fantoche poderiam proporcionar respostas diferentes e 4) se apenas a exibição do vídeo foi suficiente para introduzir o assunto (conflitos morais). Apesar do uso de reforçadores como fichas ou alimentos trazer a possibilidade de maior engajamento do participante no estudo, é possível que dificulte a investigação de atos e produza comportamentos com função de mandos, portanto a utilização deste recurso em futuras pesquisas devem ser examinada cautelosamente.

Referências:

ABREU, Paulo Roberto e HUBNER, Maria Martha Costa. (2012). O

comportamentoverbal para B. F. Skinner e para S. C. Hayes: uma síntese com base na mediação social arbitrária do reforçamento. **Acta comport.** [online]. 2012, vol.20, n.3, pp. 367-381. ISSN 0188-8145.

CORTEZ, Mariele Diniz., MIGUEL, Caio, F., DE ROSE, Julio, C.. O Papel de diferentes audiências na acurácia do relato verbal de crianças. **Acta Comportamental: Revista Latina de Análisis de Comportamiento**, vol. 27, núm.3, pp. 389-405, 2019. Universidad Veracruzana

DE ROSE, J.C.C. (1997). O relato verbal segundo a perspectiva da análise do comportamento: contribuições conceituais e experimentais. Em R.À. Banaco (org.). **Sobre Comportamento e Cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista**. Santo André: Arbytes.

FONAI, Ana Carolina Vieira; SÉRIO, Tereza Maria de Azevedo Pires. O conceito deaudiência e os múltiplos controles do comportamento verbal. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 349-360, dez. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151755452007000200015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jun. 2021.

MICHAEL, J. (1984). Verbal Behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 42, 363 – 376

NALIN, Jaide A. R. (1993). O uso da fantasia como instrumento na psicoterapia infantil. **Temas em Psicologia**, 1(2), 47-56. Recuperado em 07 de maio de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000200007&lng=pt&tlng=pt.

PASQUINELLI, R. S. H. (2007) Um estudo sobre o estabelecimento do controle e dageneralização da audiência sobre o comportamento verbal. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento da Pontifícia Universidade de São Paulo.

REGRA, Jaíde A.G.. (2000). Formas de trabalho na psicoterapia infantil: mudançasocorridas e novas direções. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, 2(1), 79-101. Recuperado em 07 de maio de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452000000100007&lng=pt&tlng=pt.

REGRA, J.A.G. (2003). Exercício de Interpretação das Relações de Equivalência em Situação Clínica e Experimental (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, A. D. V. (1989) “correspondência no auto-relato da criança: aspectos de fatos e mandos”. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, 2005, Vol I, nº1, 275-285. Recuperado em 16 de junho de 2021

SKINNER, B.F. (1957). Verbal Behavior. New York: Appleton-Century-Crofts
Skinner, B. F. (1974). Sobre o behaviorismo. São Paulo: Cultrix: Ed. USP.
SKINNER, B. F. (1979). Ciência e comportamento humano. Traduzido por J.C.Todorov. São Paulo: Martins Fontes. 11ª ed.